

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017
(Das Sras. Luiza Erundina e Flávia Moraes)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta na Comissão de Legislação Participativa, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na Comissão de Seguridade Social e Família, destinada a debater o corte orçamentário da Assistência Social para o exercício de 2018.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex.^a, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública conjunta na Comissão de Legislação Participativa, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e na Comissão de Seguridade Social e Família, para debater o corte orçamentário da Assistência Social para o exercício de 2018. Para tanto, solicito o convite aos seguintes participantes:

- Fábio Bruni – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social
- Fonseca - O Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social
- Congemas - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

JUSTIFICAÇÃO

O Governo do Presidente Michel Temer, por meio do Ministério do Planejamento, apresentou ao Legislativo a Proposta Orçamentária com um corte das despesas dos serviços, programas e projetos da Assistência Social, no valor de R\$ 3.109.445.448,00, representando o percentual de corte de 98,05% e, das despesas dos benefícios destinados às pessoas idosas e com deficiência no valor de R\$ 3.851.527.531,00 com percentual de corte de 6,52%.

Para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), todos os recursos da Assistência Social são necessários por serem essenciais para a materialização dos direitos sociais constitucionais. O tema é especialmente relevante neste ano, em que foram realizadas conferências em 99% dos municípios brasileiros, que deliberaram sobre a necessidade da garantia de Direitos no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo informações do Conselho Nacional de Assistência Social, a política de Assistência Social atua em todos os 5.570 municípios com a participação direta de 600 mil trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, de modo que o corte orçamentário previsto para 2018, de 98,05%, incidirá em demissões em massa, além do desmantelamento das bases estruturantes do Sistema Único de Assistência Social e da precarização das condições de trabalho dos mais de 600 mil trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Ainda de acordo com o CNAS, o impacto na política de assistência social deverá atingir dois milhões de pessoas na quase totalidade dos municípios brasileiros, que deixarão de contar com os programas, seja na proteção básica, no conjunto de serviços e projetos de prevenção de situações de risco social, ou na proteção social especial, que atua na proteção de famílias no enfrentamento de situações de violação de direitos.

O Conselho Federal e os conselhos regionais de Serviço Social, bem como o Conselho Nacional de Assistência Social, emitiram ao longo das últimas semanas notas e moções de repúdio, denunciando o orçamento definido pelo Governo Temer para a política de assistência social. O corte do Orçamento contraria a Resolução nº 12, aprovada em julho deste ano, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, que previa, em seu artigo 1º, aprovação de

Proposta Orçamentária na área, para o exercício de 2018, no valor total de R\$ 59.070.067.715,00, do Fundo Nacional de Assistência Social, e R\$ 39.454.207,00 da Administração Direta sob gestão da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Sala das Comissões, em

Deputada Luiza Erundina
(PSOL/SP)

Deputada Flávia Moraes
(PDT/GO)